

No tempo da protoglobalização: a reescrita e um passado comum

*Maria de Deus Beites Manso**

Passados mais de cinco séculos após o início oficial das grandes descobertas portuguesas, e depois de mais de uma década de comemorações oficiais, cabe agora lançar um olhar, ainda que ligeiro, sobre o que representaram e como é hoje vivido/analísado o movimento, tanto pelos povos que o impulsionaram, como por aqueles que “sofreram o processo de colonização”, assim como o que se tem feito de mais significativo a nível da investigação¹.

Pretendendo as autoridades régias desde o início exaltar a empresa ultramarina e sobretudo colocar a História ao serviço do Estado e das grandes famílias (tarefa levada a efeito pelo recém atribuído cargo de cronista-mor do Reino e posteriormente pelo de cronista-geral da Índia), a história das conquistas ultramarinas mereceu especial destaque entre eles. Na opinião de Oliveira Marques: “O desejo e a necessidade de narrar e interpretar a expansão ultramarina levaram ao surto de novo tipo de historiografia sem paralelo além fronteiras”². Foi, sobretudo, com Gomes Eanes de Zurara que surgiu um novo conceito de História, pois o alargamento geográfico resultante da conquista de Ceuta, mudara o rumo

* Professora Auxiliar no Departamento de História da Universidade de Évora.

¹ As páginas que nos propusemos escrever não têm a pretensão de abarcar todo o processo de expansão e descoberta ultramarina — temporal e geográfico —, pois atendendo ao limite de páginas e aos inúmeros trabalhos que ao longo dos séculos foram escritos, cairíamos no risco de ferirmos susceptibilidades pelo facto de não os inserirmos. Por isso iremos lançar, apenas, um olhar sobre as comemorações oficiais das descobertas e realçar, em nosso entender, quer os estudos mais significativos que recentemente se publicaram em relação ao designado Império do Oriente, quer as áreas temáticas menos trabalhadas. A opção pelo Oriente resulta, igualmente, do facto, de este ano ter leccionado um curso de História de Expansão Portuguesa na Índia, na Universidade Estadual de Feira de Santana — Bahia e ter concluído que nos programas de História das universidades brasileiras o Oriente praticamente não é incluído.

² *Historiografia Portuguesa*. Vol. 1: *Das Origens a Herculano*, organização de A. H. Marques, Publicações Europa América, Lisboa, 1974, p. 25.

Entre os que escreveram tais feitos, salientamos: Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Damião de Góis, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, Diogo do Couto, entre outros.

da política nacional — a trajectória ultramarina. Daí a necessidade de se dar a conhecer os novos espaços geográficos, os feitos “heróicos”, e de se exaltar a realeza.

Antes e depois dos cronistas foram muitos os nomes, quer de leigos quer de eclesiásticos, que relataram a gesta ultramarina. Ainda que tivessem surgido vários registos criticando a actuação de alguns funcionários régios, sobretudo resultante da prática de corrupção e da negligência da actuação dos mesmos na defesa do Império — sobretudo o do Oriente — como foi o caso de Diogo Couto, na sua obra *O Soldado Prático*, o objectivo foi quase sempre o de enaltecer a presença portuguesa, nomeadamente a conquista temporal e a espiritual. Neste último aspecto convém realçar as informações que nos chegaram pela escrita dos missionários, agentes igualmente importantes neste processo de colonização. São preciosas as informações fornecidas, sobretudo das regiões onde a presença política e militar portuguesa quase não chegava, como era o caso da costa oriental da Índia, extremo Oriente, Reino do Gran Mogol, e eram eles que, muitas das vezes, ajudavam ao estabelecimento de alguns mercados ou mantinham uma presença meramente diplomática, impedindo que outros interesses religiosos e políticos europeus aí se estabelecessem. Neste campo salientamos as informações jesuítas expressas, sobretudo, nas cartas anuais que enviavam das missões³. Estes não só referiam as questões da fé, como descreviam as suas relações com as autoridades políticas europeias estabelecidas na região e com as autoridades políticas e religiosas locais. Contudo, o que mais ressalta destas cartas é a valorização da cultura europeia, particularmente do cristianismo apresentada como a única religião capaz de salvar o Homem. Esta visão vem praticamente até

³ No Archivum Romanum Societatis Iesus — Roma, existem numerosas cartas manuscritas enviadas das diferentes missões jesuítas. Também na Biblioteca Nacional de Lisboa, na secção dos Reservados, existem algumas cartas impressas, ver: Fernão Guerreiro, *Relaçam annual. das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesu nas partes da Índia Oriental, & em algumas outras da conquista deste Reynonos annos de 604. & 605. & do processo da conversam & chriantandade daquellas partes. Tirada das cartas dos mesmos padres que de la vieram*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1607.

Relação annal(sic) das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesu nas partes da Índia Oriental & em algumas outras partes da conquista deste reyno no anno de 606 e 607 & do processo da conuersão, & christandadedaquellas partes, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1609. Do Padre Fernão Guerreiro existem na Biblioteca Nacional de Lisboa, secção de Reservados, 15 títulos.

à época presente: a figura do *herói* e a valorização dos valores cristãos continuam a ser, por muito tempo, centrais na História do Ocidente. O Estado Novo utilizou o ensino da história como factor de socialização não politizado, tentando incutir valores discutíveis e disciplinar consciências. Mas as últimas três décadas de democracia permitiram uma nova abordagem historiográfica dos descobrimentos portugueses, neste caso dos séc. XV a XVII⁴.

A mudança que, do ponto de vista historiográfico, se operou em Portugal muito ficou a dever ao surgimento de cursos de mestrado — sobretudo mestrados no âmbito da História dos Descobrimientos — como foi o aparecimento de algumas instituições científicas que se debruçam especificamente ou privilegiam a investigação nesta área. Neste campo convém destacar a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, criando não só bolsas de investigação, como investindo na publicação de trabalhos, nomeadamente com as revistas *Oceanos e Mare Liberum*. A par desta instituição, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Oriente e alguns centros de investigação, como por exemplo, os Centro Damião de Góis, Centro de Estudos de Além Mar⁵, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático⁶, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, entre outros, têm contribuído para o desenvolvimento dos estudos científicos nestas áreas. Devemos igualmente lembrar os diversos encontros científicos, tais como congresso, colóquios e seminários reunindo historiadores de diferentes partes do mundo. Citemos alguns exemplos: Seminário Internacional a *Ásia do Sudeste e o Extremo Oriente* (1991), Conferência Internacional sobre Vasco da Gama e a Índia (1998), Congresso Luso Brasileiro — *Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários* (1999), etc.

⁴ A grande viragem na interpretação dos descobrimentos portugueses deu-se com Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 2.^a ed., 4 vols. Lisboa, Presença, 1991

⁵ O centro publica desde 2002 a revista: *Anais de História de Além Mar*.

⁶ É de salientar que este é o único centro de investigação em Portugal que pretende desenvolver, apenas, estudos sobre o Sudeste Asiático, região pouco estudada pelos investigadores europeus. No entanto, queremos salientar alguns estudos sobre Timor: Artur Teodoro de Matos: *Timor Português: 1515-1769: Contribuição Para a sua História*, Instituto Histórico Infante D. Henrique, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1974. Geoffrey C. Gunn, *Timor Loro Sae. 500 Anos*, Lisboa, Livros do Oriente, 1999.

Vamos derrubar os muros que nos impedem de enxergar a visão do “outro”. As instituições e os encontros científicos em epígrafe são os principais responsáveis pela mudança que se operou quer na reinterpretação de “velhos temas”, quer pelo iniciar de “novos temas”, sobretudo relativos a regiões geográficas menos familiares aos historiadores.

Hoje, quando falar de globalização está na ordem do dia, é pertinente lembrar que as viagens de exploração marítima, levadas a cabo, pelos portugueses e espanhóis, abriram um novo período na História da Humanidade, colocando em contacto diversos povos e diferentes regiões geográficas. Iniciou-se desta forma a protoglobalização. Através dela o reino português construiu um vasto império marítimo, ainda que em alguns espaços fosse uma presença efémera, noutros a sua presença prolongou-se por mais de cinco séculos, como foi o caso de Goa, Macau, Timor, Moçambique e Angola. Independentemente da forma como se estabeleceu, e dos modelos de colonização que Portugal adoptou, a presença portuguesa implicou alterações culturais, linguísticas e religiosas, entre outras. Mas também é verdade que o português recebeu muitas influências que contribuíram certamente para modificar a sociedade portuguesa. É com base num encontro de culturas que a “nova história” deve ser interpretada, deixando cair a velha visão eurocentrista do “lado de cá” e a visão dos pseudo lado de lá — “vítimas”.

No que diz respeito aos temas mais conhecidos porque foram os mais trabalhados na História de Portugal, cabe a figura de Vasco da Gama. Quando, há uns anos atrás, Portugal se lembrou de comemorar os 500 anos da chegada do Almirante à Índia desenvolveram-se uma série de iniciativas que resultaram quer na publicação de estudos, quer na realização de conferências. Infelizmente, e ao contrário do que se poderia esperar, nem todas as iniciativas decorreram de forma pacífica ou contribuíram para o estudo “sério” do *herói*. Hoje não temos dúvidas que nasceu em Sines, era filho legítimo de Estevão da Gama e foi feito conde da Vidigueira em 1519. Outros estudos deram-nos interpretações que muito ajudaram para o esclarecimento do que foi o seu percurso antes de partir para a Índia, em 1497, e seu percurso depois das viagens de regresso. Evidentemente que há momentos menos conhecidos na vida do Almirante, sobretudo pelo facto de não haver fontes que confirmem ou refutem muito do que se tem escrito — como é o caso do que diz respeito à morte do seu pai, isto é, quando, onde e como morreu —, mas permitiu-se que, quer a figura, quer a época em que se insere, sejam hoje mais conhecidas e com

maior rigor científico⁷. Penso que a figura deixou de ser idolatrada para se tornar um homem do seu tempo, um homem que apenas cumpriu as determinações régias. Na Índia comportou-se como qualquer outro da sua qualidade actuaria face ao descoberto, isto é, a mentalidade eurocentrista orientava as atitudes a ter para com o *outro*, atitudes de superioridade que conduzia à imposição da civilização ocidental a que não eram alheias práticas de escravatura, destruição das culturas locais, pela imposição da cultura europeia, nomeadamente pelas conversões forçadas. Julgá-lo pelos padrões éticos contemporâneos, como alguns historiadores não europeus o têm feito, será cometer o mesmo “pecado” em que incorreram aqueles que o pretendiam idolatrar, porque se situam fora da contextualização do seu tempo.

Infelizmente as comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil revestiram-se igualmente das mesmas atitudes, as comemorações oficiais portuguesas, realizando encontros científicos e publicações sobre a figura de Pedro Álvares Cabral⁸; mas, ao mesmo tempo, outros houve que pretenderam reduzir a viagem a uma atitude colonizadora que apenas conduziu à matança de índios e ao saque das riquezas. De facto, reduzir o feito a uma atitude violenta também não ajuda à interpretação científica do que foi o passado colonial português no Brasil. Somos de opinião que toda a questão tem de passar por um “despir” da atitude ocidental (superioridade) e da atitude do colonizado (inferioridade) que vê na presença portuguesa a origem de muitos dos males que as sociedades actuais enfrentam.

Como já escrevemos, independentemente de interpretações menos científicas que têm sido feitas desta época, o certo é que hoje contamos

⁷ Geneviève Bouchon, *Vasco de Gama*, Librairie Arthème Fayard, Paris, 1997 ; Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama. O Homem, A Viagem, a Época*, Lisboa, Ed. do Commissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998 e da Comissão de Coordenação da região do Alentejo, 1998. Maria de Deus Beites Manso, “O Gama e os Gamas na História do Alentejo”, *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o seu Tempo*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 67-81. Actas da Conferência Internacional: *Vasco da Gama e a Índia*, Paris, II-13 de Maio (1998), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

⁸ Congresso Luso-Brasileiro — *Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*, 9-12 de Novembro de 1999, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999. José Manuel Garcia, *Terra de Vera Cruz. O Brasil Descoberto Há Quinhentos Anos*, Lisboa, Edinfor, 2000.

com muitos estudos que nos permitem um conhecimento sobre temas e espaços geográficos menos conhecidos ou até ao momento não estudados. Mas, antes de lançar um olhar sobre algumas publicações que, em meu entender, marcam uma viragem na forma de ver o que foi a presença portuguesa no mundo e de indicar as áreas menos contempladas pelos que se dedicam ao ofício de fazer história, queremos fazer uma citação de Luís Filipe Thomaz que, ao evidenciar o grande contributo do maior historiador da nossa época, Vitorino Magalhães Godinho, assinala as novas metodologias que, em seu entender, são complementares do que se tem escrito, nomeadamente comparando-as com o seu estudo *De Ceuta a Timor*. Citamos: “A perspectiva subjacente aos estudos de Magalhães Godinho é, de uma maneira geral, a dos grandes espaços geo-económicos e do tempo longo; nos que aqui apresentamos reunidos predomina, ao invés, a do tempo curto, que dá mais relevo à história política em detrimento da social e económica, e a orientação analítica. Tal predomínio, porém, nem corresponde a uma opção ideológica, nem resulta de uma orientação metodológica sistemática, decorrente de uma hipotética crença na superioridade da perspectiva adoptada: é antes em boa parte fortuito, quiçá fruto de um desejo inconsciente de adoptar uma visão distinta da da geração anterior, mas compatível com ela. Ora, depois de sínteses como as de Godinho, era sobretudo no campo da análise, sob a perspectiva do tempo curto, que havia terreno a trabalhar”⁹.

De facto, Luís Filipe Thomaz tem razão ao afirmar que depois das grandes sínteses de Godinho e, acrescentamos nós também, das publicações de Charles Boxer, referindo, a título de exemplo *O Império Marítimo Português 1415-1825*, onde é traçada a evolução do império marítimo português desde os primeiros tempos da expansão até á independência do Brasil, mas dedicou-se a regiões mais estudadas ao longo do tempo, ignorando regiões como o Golfo de Bengala, o Sudeste Asiático, onde circulavam sobretudo mercadores privados, corsários e aventureiros, bem como praticamente as questões de natureza cultural, á excepção de algumas páginas dedicadas à questão do Padroado Português do Oriente¹⁰.

⁹ Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. XI.

¹⁰ C.R.Boxer, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, ed. 70, 1992.

Saliente-se que Charles Boxer foi um dos nomes que mais contribuiu para o desenvolvimento dos estudos sobre os descobrimentos portugueses. A par deste interesse mais particular pela história política e económica, foi pioneiro em temas que hoje desper-

Luís Thomaz privilegia essas regiões, nomeadamente a questão de Timor, regiões que a historiografia moderna praticamente esqueceu. Também este historiador dedicou especial atenção às questões de natureza económica e político-social, deixando a história cultural de lado. A mesma situação repete-se com o historiador indiano, Sanjay Subrahmanyam, nas obras: *O Império Asiático português, 1500-1700. Uma História Política e Económica e Comércio e Conflito no Golfo de Bengala*¹¹. Mais recentemente foi publicada a tese de mestrado de Jorge Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, Diplomacia e Guerra (1498-1543)*, cuja área em referência foi de grande importância no que diz respeito à presença portuguesa na região, mas que até ao momento praticamente não tinha sido objecto de estudo¹².

Quando, há cerca de uma década, pensámos fazer a dissertação de doutoramento em História escolhemos trabalhar a Companhia de Jesus nas duas províncias que detinha na Índia (Goa e Malabar:1542-1622), pois já nessa altura verificámos que a história cultural era um campo praticamente inexplorado, embora reconhecendo que foram fundamentais, para o enquadramento do tema, os estudos feitos sobre a história política e económica¹³. De facto, a atenção dos historiadores não tem incidido

tam particular interesse na historiografia portuguesa, as questões de género, com a sua obra: *A Mulher na Expansão Ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

Luís de Albuquerque é um outro grande nome da historiografia portuguesa, não só para as questões do Oriente, mas também para o Atlântico. Salientamos: *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses*, 2 vols. Lisboa, Círculo de Leitores, 1991, *Introdução à História dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Europa América, 1983. *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, (Coord. de Luís de Albuquerque e Francisco Contento Domingues), 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994. *Portugal no Mundo*, (Coord. de Luís de Albuquerque), 6 vols., Lisboa, Publicações Alfa.

¹¹ Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, 1993 e *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700*, Lisboa, Ed. 70, 1994.

¹² Jorge Manuel Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, Diplomacia e Guerra (1498-1543)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1998.

¹³ Queremos salientar dois historiadores que se debruçaram sobre a História da Cultura Portuguesa na época moderna, onde abordam a temática dos Descobrimientos. São eles J. S. Silva Dias, *A Política Cultural na Época de D. João III*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969. Luís Filipe Barreto, *Caminhos do Saber no Renascimento Português. Estudos de história e teoria da cultura*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

sobre a história cultural e particularmente sobre a história religiosa¹⁴. Em nosso entender, tem sido feita, sobretudo uma história eclesiástica, quase sempre por elementos ligados à Igreja, saldando-se por uma visão apologética da mesma. Ou então por pessoas que pretendem salientar o que de negativo a Igreja representou na sociedade, tornando-a numa história de valores, com o objectivo de julgarem os factos.

Observada por nós esta situação, tornou-se difícil abordar a questão, não só atendendo aos inúmeros trabalhos de teor eclesiástico já publicados, como também devido à grande quantidade de fontes as quais, contudo, poderiam não trazer nada de novo que nos permitisse concluir uma visão diferente da actuação da Companhia. Esta era a realidade do lado europeu, mas do lado “asiático”, embora houvesse já outro tipo de interpretação do que foi a presença portuguesa, por exemplo, na Índia, o impacto que a sociedade europeia teve nos povos contactados, não deixa, por vezes, de enfermar de um tipo de história que apenas pretende condenar toda a presença ocidental nestes espaços. Portanto, ambos os grupos se esquecem de contextualizar os acontecimentos e, como escreve Jean-Pierre Rioux, a história: “(...) já não pode ser apenas uma disciplina gratificante, com o fim de legitimar o presente ou de justificar o Progresso, o Estado, a Nação, quando não a nostalgia do profetismo de uns e outros”¹⁵.

De facto a história, analisada do ponto de vista cultural e particularmente do religioso, só na última década tem merecido atenção especial, que se evidencia na realização de alguns encontros científicos¹⁶. Individualmente também têm sido feito estudos, alguns por homens ligados à Igreja,

¹⁴ Referir que alguns trabalhos publicados mais recentemente já privilegiam a história cultural, como por exemplo: *Teotônio de Souza, Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994. Maria de Jesus Lopes, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, Lisboa, Universidade Católica, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996.

¹⁵ Jean-Pierre Rioux, « Um Domínio e Um Olhar », *Para uma História Cultural*, Direcção de Jean-Pierre Rioux et Jean-François Sirinelli, Lisboa, Ed. Estampa, 1998, 34.

¹⁶ Refiram-se os seguintes: *Jesuits in India: In Historical Perspective*, realizado em Macau, 1992. Actas: ed. Teotônio de Souza e Charles Borges, Macau, ICM, 1992. *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Universidade Católica Portuguesa e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1993. *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, Universidade Católica Portuguesa, 1997. *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994.

no que diz respeito à Índia. Temos também estudos que se afastam da dita história eclesiástica, como é o caso de Charles Borges, *The Economics of the Jesuits 1542-1759. Na Explanation of Their Rise and Fall*, New Delhi, Concept publishing Company, 1994, que tem analisado a Ordem do ponto de vista económico. Recentemente foram, igualmente publicadas duas obras, a saber: Jean Lacouture, *Os Jesuítas*, 2 vols, Lisboa, ed. Estampa/Círculo de Leitores, 1993 e Dauril Alden, *The Making of na Entrepises: The Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond, 1540-1750*, Califórnia, Stanford University Press, 1996¹⁷.

Jean Lacouture afasta-se da dita história eclesiástica. No entanto os seus dois volumes não aprofundam a maior parte dos temas apresentados. Esta situação verifica-se, sobretudo, quando o autor se propõe biografar alguns jesuítas na sua actividade missionária, fazendo-o desprovido do respectivo contexto histórico. Por outro lado, o autor trata em particular dos jesuítas em França e não da Companhia de Jesus, enquanto Ordem. Entre outros aspectos, salientamos a não citação de trabalhos publicados fora de França, nomeadamente as edições portuguesas e indianas. Assim, muitos aspectos relacionados com a actuação da Companhia de Jesus na Ásia e América continuam por estudar, nomeadamente a sua relação com o poder temporal e a questão da adaptação às culturas locais.

Dauril Alden apresenta-nos uma história comparada sobre a actuação da Companhia de Jesus, entre 1540 e 1750, nas províncias ou vice-províncias de Portugal, Goa, Malabar, Japão, China, Brasil e Maranhão. Como se trata de um estudo que começa com a criação da Companhia e vai até á altura da sua extinção e diz respeito a uma região tão vasta, o autor não se debruçou sobre regiões menos estudadas, como é o caso do Malabar, na Índia¹⁸.

Também se tem verificado uma outra tendência historiográfica que praticamente ainda não mereceu atenção em Portugal — os estudos de género — pelo menos no que diz respeito ao processo da expansão portuguesa, que tem sido sobretudo uma história feita no masculino.

¹⁷ É de salientar que também em Portugal e noutros países europeus, a Companhia de Jesus, continua a ser objecto de estudo, como é exemplo a obra de Michel Leroy, *O Mito Jesuíta*, Lisboa, Roma Editora, 1999.

¹⁸ A região do Malabar foi estudada posteriormente por nós, na dissertação de doutoramento: *A Companhia de Jesus na Índia: 1542-1622. Aspectos da sua Acção Missionária e Cultural*, 2 vols., texto policopiado, Évora, 1999.

Falando sobre o último aspecto — as questões de gênero — e para terminarmos esta breve exposição, queremos falar sobre as mulheres europeias — leigas e religiosas — ou auctótones que durante muitas gerações foram considerados elementos de pouca importância na construção do Império Português. Obras como a de Charles Boxer (pioneiro) ou as inúmeras comunicações apresentadas no congresso *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, mostram o contrário. Mais recentemente Timothy Coathes na sua obra *Degredados e Orfãs: colonização dirigida pela coroa no império português 1550-1755*, fala-nos do papel importante que as mulheres tiveram no processo da colonização empreendido pela coroa portuguesa no Império¹⁹. Sobre o mundo feminino muito há por fazer, sobretudo em Portugal. Aqui, só recentemente as questões de gênero começaram a ser analisadas, mas poucos têm sido os estudos de síntese que nos permitem ter uma visão global sobre a sua acção no Império²⁰. Seria de todo o interesse sabermos quem eram aquelas que ousavam partir — religiosas, esposas, mães, prostitutas, órfãs, degredadas... — e que aí se fixavam, possivelmente nunca mais regressando ao Reino. Que relações

¹⁹ Timothy J. Coathes, *Degredados e Orfãs: colonização dirigida pela coroa portuguesa no império português. 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. Tivemos conhecimento de um estudo publicado em Goa, mas infelizmente não consta do acervo das bibliotecas nacionais, o livro de Fátima da Silva Gracias, *A Kaleidoscope of Women in Goa*, New Delhi, Concept, 1998. Também sobre o Sudeste Asiático foi publicado: *Women, Gender and History in Early Modern Southeast Asia*, Edited by Bárbara Watson Andaya, 2000.

²⁰ Como referimos no texto, esta é a realidade da historiografia portuguesa em relação ao dito Império do Oriente, isto é, ainda há muito para fazer. No entanto, queremos lembrar o n.º da revista *Oceanos*, “Mulheres no Mar Salgado”, n.º 21, Janeiro/Março, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995, dedicada ao tema.

Em relação ao Brasil sabemos que a situação é diferente, pois existe aí um grupo de investigadores que, presentemente, se debruçam sobre este mundo que a mulher ajudou a construir não só no Brasil como em África. A título de exemplo referimos o estudo que está a ser desenvolvido por Suely de Almeida, da Universidade Católica de Pernambuco/Universidade Federal de Pernambuco: *Submissão e Reclusão: Um Estudo Sobre os Recolhimentos Femininos no Pernambuco Colonial*. Selma Pantoja da Universidade de Brasília, coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, tem estudado a mulher africana, em Moçambique e em 2001, sob a sua coordenação, foi publicado o estudo: *Entre África e Brasil*; Brasília: Ed. Paralelo — São Paulo, Marco Zero, 2001. Também Ana Amélia Vieira Nascimento publicou: *Patriarcado e Religião as Enclausuradas Clarissas do Convento do Desterro da Bahia: 1677-1890*, Bahia, Conselho Estadual de Cultura, 1994.

terão estabelecido com as autóctones, em suma que mundo ajudaram a criar fora da Europa. Mais uma vez salientamos tanto este último aspecto, como a questão da história religiosa, que ainda têm um longo caminho a percorrer dentro da historiografia portuguesa.

